



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



DESAFORAMENTO Nº 0185475-3

COMARCA: Vara Única de Exu
REQUERENTE: Ministério Público de Pernambuco
REQUERIDO: CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA
PROCURADOR: Carlos Alberto Pereira Vitório
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira

202

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DESAFORAMENTO REQUERIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. TRANSFERÊNCIA PARA A COMARCA MAIS PRÓXIMA. DÚVIDAS QUANTO À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. OCORRÊNCIA.

I - O pedido de desaforamento deve contar com a anuência do Juiz de Direito, autoridade judiciária concedora das particularidades que cercam o julgamento, e mais ainda, se acercar das medidas acautelatórias em face da soberania do Júri.

II - Presente fundado receio quanto à imparcialidade do Júri defere-se o desaforamento, nos termos do art. 427 do CPP, para julgamento na Comarca do Recife.

III - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **DESAFORAMENTO** nº 0185475-3, no qual figuram as partes retronominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em dar provimento ao pedido, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 01 de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

618
203

DESAFORAMENTO Nº 0185475-3

COMARCA: Vara Única de Exu
REQUERENTE: Ministério Público de Pernambuco
REQUERIDO: CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA
PROCURADOR: Carlos Alberto Pereira Vitório
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de **desaforamento do julgamento da Ação Penal nº 419.2005.000004-8**, requerido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, que tem como pronunciados **CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA**, vulgo "Nino de Zenira", e Sinésio da Silva Alves, por violação ao artigo 121, parágrafo 2º, incisos II e IV, c/c o art. 129, parágrafo 2º, inciso IV, ambos do Código Penal, com as implicações da Lei nº 8.072/90, pelo homicídio praticado contra **ANDRÉ JOVINO DE SOUSA** e pela tentativa contra **EDSON CALDEIRA DA SILVA**.

Consta da Denúncia (fls. 02/06) que no dia 12.05.2005, por volta das 23:40 horas, na Rodovia Asa Branca, precisamente na churrascaria Gonzaguinha, no centro de Exu, as vítimas **ANDRÉ JOVINO DE SOUSA** e **EDSON CALDEIRA DA SILVA** foram alvejados por disparos de arma de fogo desferidos por **CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA**, tendo a primeira vítima falecido e a segunda sofrido lesões de natureza grave.

O Ministério Público às fls. 543/557, alega em suas Razões de Recurso, dúvidas quanto à imparcialidade do júri, pleiteando o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Exu para a Comarca do Recife ou uma das Comarcas da Região Metropolitana do Recife – PE.

A Defesa de **CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA** às fls. 584/593, apresenta Contra-Razões ao pedido de Desaforamento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

204

afirmando que são frágeis os argumentos suscitados para o desaforamento.

O Juiz da 1ª Vara da Comarca de Exu prestou informações independentemente de pedido às fls. 595/596, aduzindo existir a necessidade de desaforar o júri por restar dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados.

Procuradoria de Justiça às fls. 611/615, na pessoa do douto Procurador de Justiça Convocado, Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, opinou pelo deferimento do desaforamento por entender demonstrado a necessidade do deslocamento do julgamento para o Recife ou outra Comarca de grande porte da Região Metropolitana.

É o relatório.

À douta Revisão.

Recife/PE, 17 de 12 de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho –
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



DESAFORAMENTO Nº 0185475-3

COMARCA: Vara Única de Exu
REQUERENTE: Ministério Público de Pernambuco
REQUERIDO: **CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA**
PROCURADOR: Carlos Alberto Pereira Vitório
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DO RELATOR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO formulou pedido de **desaforamento** (fls. 543/557) nos autos da ação penal nº 419.2005.000004-8, alegando em seu arrazoadado dúvida quanto à imparcialidade do júri, pleiteando ainda nos termos do art. 427 do CPP o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de **Exu** para a Comarca do Recife ou uma das Comarcas da Região Metropolitana do Recife – PE.

Consta da Denúncia (fls. 02/06) que no dia 12.05.2005, por volta das 23:40 horas, na Rodovia Asa Branca, precisamente na churrascaria Gonzaguinha, no centro de Exu, as vítimas **ANDRÉ JOVINO DE SOUSA** e **EDSON CALDEIRA DA SILVA** foram alvejados por disparos de arma de fogo desferidos por **CÍCERO JOSÉ SARAIVA MOREIRA**, tendo a primeira vítima falecido e a segunda sofrido lesões de natureza grave.

Atribui-se o motivo do crime o fato de os denunciados e a vítima “EDSON”, pertencerem a grupos políticos adversários no Município de Exu.

O Ministério Público às fls. 541/557, ampara seu argumento ao fato de que ocorra legitimamente o julgamento, alegando ser imprescindível que haja absoluta isenção de ânimo dos integrantes do Conselho de Sentença e, evidentemente, absoluta imparcialidade dos jurados, uma vez que ali se revestem da excelsa condição de Juízes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



206

Para a Defesa, o pedido de desaforamento feito pela Promotoria de Justiça, *"não pode aproveitar das argumentações suscitadas pela representante do Parquet é que o ora requerente será inocentado pelo simples fato de ser a maior vítima deste processo e não por subterfúgios que a representante do Parquet, tenta transparecer ao afirmar categoricamente que o município de exu não possui a imparcialidade necessária para compor o colendo conselho de sentença do tribunal do júri"* (fls. 584/593).

Passo a analisar o pedido de desaforamento.

Acerca da questionada imparcialidade dos jurados, causa determinante do desaforamento, destaco as informações prestadas pelo togado monocrático, como elemento capaz de demonstrar a sua necessidade, *in verbis* (fls. 595/596):

"Em meu sentir, o pleito ministerial é de suma pertinência e procedência. É indubitável que o Corpo de Jurados desta Comarca, composto integralmente por cidadãos exuenses, não possui isenção de ânimo suficiente para exarar uma decisão imparcial".

"De logo, há que se frisar que já estou exercendo minha jurisdição nesta Comarca há cerca de 03 (três) anos, tendo, inclusive, oportunidade de presidir eleições municipais, onde pude constatar de perto como os ânimos ficam acirrados antes, durante e após o pleito".

"Ademais, pude observar, também, que, nos processos de crimes dolosos contra a vida, em regra, ressalvadas raríssimas exceções, as decisões absolutórias são cassadas pelo Colendo Tribunal de Justiça de nosso Estado, submetendo os acusados a novo julgamento, considerando ter sido o decisum manifestamente contrário à prova dos autos".

"Não pretendo, expondo tal constatação, criticar a conduta dos membros componentes do Corpo de Jurados de Exu. De maneira alguma. Aliás, este não é um "privilegio" desta Comarca. Infelizmente, tais ocorrências constituem quase uma constante pelo país afora. Todavia, é um dado importante a ser considerado em face do que pretendido pela representante local do Ministério Público e é exatamente a título informativo que o trago à baila".

"Por outro lado, é público e notório neste Município de EXU/PE a influência política e econômica da família



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

207



Saraiva, principalmente porque o atual Prefeito deste Município é primo e cunhado do pronunciado, sendo notório este fato, além de contar com um primo e uma tia vereadores".

Procuradoria de Justiça às fls. 611/615, na pessoa do douto Procurador de Justiça Convocado, Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, opinou pelo deferimento do pedido de desaforamento por entender demonstrado a necessidade do deslocamento do julgamento para o Recife ou outra Comarca de grande porte da Região Metropolitana.

Afirmando à fl. 613, que:

"(...) é assente o entendimento de que o Ministério Público está mais perto da sociedade, sendo, portanto, de inquestionável relevância seu posicionamento, além de que, no caso in concreto, o próprio Juiz Presidente do Tribunal do Júri da Comarca endossou o pleito de desaforamento, dando testemunho da fama das batalhas familiares dessa região, dizendo que eles são capazes de levar os julgamentos dos membros dessas famílias ao alvedrio de seus interesses".

Assim, verifico que há, no presente caso, fundado receio quanto ao comprometimento na isenção dos juízes leigos, sobretudo diante da informação, do Juiz *a quo*, de que nos processos de crimes dolosos contra a vida, em regra, ressaltadas raríssimas exceções, as decisões absolutórias são cassadas pelo Colendo Tribunal de Justiça de nosso Estado, submetendo os acusados a novo julgamento, considerando ter sido o *decisum* manifestamente contrário à prova dos autos

Deve-se dar credibilidade à informação trazida pelo Magistrado de 1º Grau, para a apreciação do pedido de desaforamento, privilegiando-se o **princípio da confiança** no Juiz Presidente, que conhece os seus jurisdicionados, assim como os jurados, sendo, por esse motivo, o mais abalizado para conhecer sobre a existência de dúvida quanto à imparcialidade do Júri.

A esse respeito, colige-se da jurisprudência:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



"Concede-se o desaforamento do julgamento, medida de caráter excepcional, quando confirmada pelas informações do juiz, elemento de convicção de grande relevância, a dúvida sobre a imparcialidade do júri" (TJRJ, RT595/325).

Tem-se que o julgamento do réu em comarca diversa da do local do crime não afronta o princípio do juiz natural, albergado na atual Carta Política (art. 5º, inciso LIII), quando existe dúvida quanto à necessária isenção dos jurados, haja vista que a garantia da imparcialidade do julgamento é princípio basilar do Estado Democrático de Direito, sobrepondo-se à regra genérica de competência (art. 427, CPP).

Nesse sentido, já se posicionou este Colendo Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DE HOMICÍDIO. DESAFORAMENTO. REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO JUIZ ALEGANDO FALTA DE CONDIÇÕES PARA QUE OS JURADOS EMITAM UM JULGAMENTO COM IMPARCIALIDADE. PRESENTE AS HIPÓTESES DO ART. 427, DO CPP. PRUDENTE É O DESLOCAMENTO DO JULGAMENTO DO RÉU PARA OUTRA COMARCA. PEDIDO DEFERIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Pedido de desaforamento promovido pelo juiz baseado em fatos concretos existentes nos autos.
2. Declarações dos jurados perante o Juiz-presidente do Tribunal do Júri acerca da amizade destes com as famílias do réu e da vítima justificam o desaforamento do júri pela ausência de imparcialidade dos jurados.
3. Julgamento imparcial é uma garantia constitucional inerente ao Tribunal Popular. Se os fatos alegados contemplam os pressupostos do art. 427, do CPP, e, há fundado receio de imparcialidade, defere-se a representação, por conseguinte, o julgamento do réu desaforado". (TJPE, Desaforamento nº 172694-3, Rel. Marco Antônio Cabral Maggi, 4ª Cam. Criminal, j. 12/12/2008). (Destaquei).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO 209
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Tanto o antigo art. 424 do CPP quanto o atual art. 427, em vigor desde agosto de 2008, impõe o desaforamento para uma **Comarca próxima**. O art. 424 falava em "*comarca ou termo próximo*", e o vigente art. 427 pronuncia-se por "*comarca da mesma região*". Mas, não estamos diante de normas processuais estanques e absolutas. Como bem assinalou LUIZ FLÁVIO GOMES, dependendo das circunstâncias do caso concreto, o Tribunal poderá autorizar o desaforamento para Comarca mais distante, ou até mesmo para a Capital do Estado.

No caso concreto presente, fica claro que o pedido está amplamente fundamentado quanto à necessidade do desaforamento, justificando-se, inclusive, a inconveniência de que o julgamento pelo Conselho de Sentença se realize nas Comarcas mais próximas do distrito da culpa e até mesmo em qualquer Comarca da Região do Araripe, como bem colocou a douta Procuradoria de Justiça, na explanação de fls. 614.

O Procurador convocado, o Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, foi titular por dois anos da Promotoria da Comarca de Exu, conhecendo bem todas as peculiaridades locais, especialmente as guerras familiares.

Por todo o exposto, **defiro** o pedido de desaforamento e, via de consequência, desloco o julgamento pelo Tribunal do Júri, do distrito da culpa para uma das Varas Privativas do Recife, acolhendo o posicionamento do Ministério Público, do 1º e do 2º grau.

É como voto.

Recife, 27 de 01 de 2010..


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



210
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
P. 632
V. 1115
J

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

40

DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO Nº: 0185475-3

COMARCA : Exu – Vara única
REQUERENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco
REQUERIDO : Cícero José Saraiva Moreira
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
REVISORA : Des.^a Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DE REVISÃO

O representante do *Parquet* de primeiro grau formulou pedido de desaforamento (fls. 541/557) nos autos do processo-crime nº 419.205.000004-8, a que **Cícero José Saraiva Moreira**, alegando a parcialidade do Conselho de Sentença que participará do julgamento, tendo em vista a notória influência da família do acusado no município de Exu, que tem como tio um ex-prefeito, sendo primo do atual prefeito e de dois vereadores e, principalmente, pelo fato de pertencer a uma das famílias envolvidas na histórica e cruel guerra de Exu/PE.

O acusado foi pronunciado nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV e art. 129, §2º, inciso IV, ambos do Código Penal, conforme sentença de pronúncia de fls. 504/508.

Ao se manifestar, a defesa do acusado pugnou pelo improvimento do pedido, alegando inexistir nos autos, qualquer prova que ampare o seu deferimento (fls. 584/593).

Instada a se manifestar sobre o pedido ministerial, o Juiz de Direito da Comarca de Exu, concordou com o desaforamento, ao afirmar (fls. 595/596):

"(...) Por outro lado é público e notório neste município de EXU/PE a influência política e econômica da família Saraiva, principalmente porque o atual prefeito deste município é primo e cunhado do pronunciado, sendo notório este fato,



211



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

além de contar com um primo e uma tia vereadores. Mas, há que ser considerado, também, o temor que se tem a tal família, fato este se deve ao grande número de "Saraivas" que, desonrando seu sobrenome, descambaram para a vioência, para os assassinatos, para a vida criminosa, enfim. E, no caso em comento, a situação se agrava uma vez que se trata de cunhado e primo do atual Prefeito. Não raro recebo jurados apreensivos com a realização de julgamento em Exu, preocupados com o assédio já feito por parentes de ambos os lados, visando este ou aquele resultado. A pressão é nitidamente sentida; basta uma simples conversa com um morador local. (...)".

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória ofereceu parecer opinando pelo deferimento do pedido de desaforamento (fls. 611/615).

Vê-se, pois, que existem sérias dúvidas sobre a imparcialidade do corpo de jurados, afeiçoando-se a espécie à hipótese prevista no art. 427¹, do Código de Processo Penal, o que reclama a modificação excepcional da competência territorial em comento, principalmente quando o pedido guarda harmonia com as informações prestadas pelo juízo de origem (fls. 595/596), como destacado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"(...) V. A manifestação do Juiz singular é de extrema importância no deslinde do desaforamento, pois, por estar inserido na comunidade onde ocorreu o crime, é capaz de averiguar, com maior precisão, o sentimento social que circunda o caso. Precedente. (...)". (HC 34.819/GO, Relator Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 10.08.2004 e publicado no DJ de 06.09.2004, p. 281).

¹ Art. 427 - Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.



212



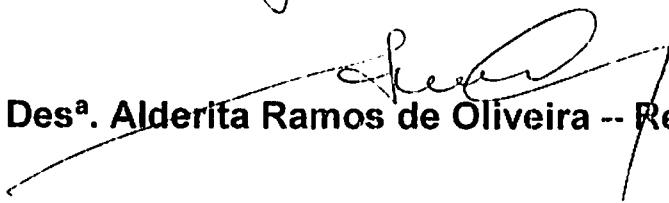
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Bem de ver, também, que a concessão do pedido vindicado não afronta o princípio do juiz natural albergado na atual Carta Política (art. 5º, inciso LIII²), pois a regra disciplinadora da matéria em comento (art. 427, CPP), não fere a norma constitucional antes referida, como assentado na jurisprudência do Pretório Excelso:

STF: "Juiz natural do processo por crimes dolosos contra a vida é o Tribunal do Júri. Mas o local do julgamento pode variar, conforme as normas processuais, ou seja, conforme ocorre alguma das hipóteses de desaforamento previstas no art. 424, do CPP, que não são incompatíveis com a Constituição anterior nem com a atual (de 1988) e também não ensejam a formação de um tribunal de exceção" (RT 661/364). (MIRABETE, Julio Fabbrini, Código de Processo Penal Interpretado, 11ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2003, p. 1146).

Ante o expendido, e em consonância com parecer da douda Procuradoria de Justiça, defiro o pedido de desaforamento e, via de consequência, desloco o julgamento do acusado Cícero José Saraiva Moreira do distrito da culpa para qualquer das Varas Privativas do Júri da Capital.

Recife, 27 de janeiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira -- Revisora

² Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;